



Começam audiências da Segurança Pública



Inaugurando a série de 15 audiências públicas que acontecerão em cidades pólo do estado, a Comissão de Segurança Pública ouviu na quarta-feira (23) o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi. Requerida pelos deputados petistas Wilson Dentinho Vieira e Dionei da Silva, a audiência serviu como ponto de partida para a coleta de sugestões que serão feitas nos encontros regionais. “Queremos auxiliar, subsidiando governo, a secretaria, com sugestões, dados e encaminhamentos que as regiões podem fornecer com maior exatidão”, explicou o presidente da Comissão, deputado João Rodrigues (PFL), ao abrir a audiência.

Página 04

*Retratos
apresenta
Itajaí*

Página 03

Entrevista:

*Ministro
da Educação*

Página 06

*Novas
Emendas*

Página 07

Criada CPI da Casan

Através de requerimento do deputado Sérgio Godinho (PTB), foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as dívidas trabalhistas da Casan. Com 21 votos o parlamentar encaminhou o documento à presidência da Assembleia Legislativa.

Sendo membro da Mesa, como terceiro secretário, Godinho não poderá fazer parte da CPI, que será constituída por sete deputados, dois do PT, dois do PP, um do PFL, um do PMDB e um dos partidos minoritários.

A crise gerada pelas dívidas trabalhistas, desde 1987, está estimada em R\$ 350 milhões. “As pendências estão interferindo na administração e na qualidade da água disponibilizada à comunidade”, reforçou Godinho. As consequências da crise foram o bloqueio de 30% da receita mensal da empresa no abasteci-

mento de água do Estado e, mais recentemente, o bloqueio de repasses da União para pagamento de contas da Casan. Este mês os cofres da secretaria da Fazenda deixaram de receber R\$ 15 milhões.

A crise na estatal já levou o seu presidente, Valmor de Lucca, por três vezes ao parlamento. Na semana passada atendeu requerimento dos deputados Genésio Goulart (PMDB) e Sérgio Godinho (PTB) para falar em sessão especial. Durante as três horas de duração, de Lucca reafirmou, diversas vezes, que a crise financeira da Casan é “extremamente preocupante”. Ainda na semana passada, ele esteve em audiência pública promovida pela Assembleia em Itapema, que já iniciou o processo de privatização dos serviços de água e saneamento.

Páginas 03 e 05

Comissão da 101 pede apoio do governador LHS

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), acompanhado do vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) e do senador Leonel Pavan (PSDB), recebeu os integrantes da Comissão Permanente de Duplicação da BR 101 – Trecho Sul, liderada pelo deputado Manoel Mota (PMDB), com a presença dos deputados Genésio Goulart (PMDB), Valmir Comin (PP), Joares Ponticelli (PP) e Ronaldo Benedet (PMDB) e de representantes de vários setores envolvidos no movimento. Eles foram até o Palácio do Governo na quinta-feira (24), solicitar empenho do governador para que a comissão seja atendida em audiência pelos ministros da Fazenda, Antônio Palocci e dos Transportes, Anderson Adauto.

O objetivo é cobrar do governo federal o cumprimento do início



das obras.

O ministro dos Transportes prometeu que até 1º de junho as obras seriam iniciadas. “Não tem mais negociação. Ou começam as obras ou vamos fechar a BR-101 por tempo indeterminado e só o exército para nos tirar de lá”, declarou Mota, que espera apoio

dos governadores do Paraná e do Rio Grande do Sul, e dos deputados e senadores dos três estados. “Se não tivermos uma posição favorável do governo federal, vamos pedir que o Congresso paralise a pauta de votações até que as obras sejam definitivamente iniciadas”, concluiu Mota. (RMPP)

Transparência e defesa da Amurel

Ao completar o terceiro mês de atividades legislativas, acreditamos estar cumprindo rigorosamente os objetivos a que nos propomos quando disputamos uma cadeira à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Um dos pontos de nossa estratégia parlamentar é divulgar as ações de modo a tornar transparente o mandato. Na forma de um contato produtivo e respeitoso com os meios de comunicação executamos esta tarefa. Utilizamos mecanismos ágeis e modernos, que permitem uma comunicação eficaz e objetiva com a sociedade.

Para estar perfeitamente sintonizado com a população também é necessário manter uma forte presença nas bases, não se limitando às atividades centrais na Capital do estado. Estamos praticamente todos os dias na região Sul, mantendo residência em Tubarão, com escritório de atendimento político na cidade. Visitamos os prefeitos, dirigentes partidários, vereadores e lideranças em cada um dos municípios semanalmente.

Ainda como estratégia, mantemos o gabinete na Assembléia de portas abertas para os eleitores e lideranças da região. Dedicamos atenção especial aos companheiros da Amurel. Quando em viagens à Capital, prefeitos, vereadores e demais autorida-

des contam com todo o suporte e logística do gabinete parlamentar. Todos são recebidos com carinho e atenção.

Através do exercício transparente do mandato parlamentar, buscamos alcançar o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da Região. É preciso conciliar os objetivos econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para reduzir os desequilíbrios regionais, de modo que a região possa desenvolver ao máximo os potenciais de cada comunidade, respeitando suas vocações e especificidades. Objetiva-se, com isto, uma melhoria da qualidade de vida da população, mais próxima do ideal de justiça social.

Sublinhamos como principais prioridades a luta pela duplicação da BR-101, no trecho Sul; a concretização do projeto de construção do Aeroporto Regional Humberto Bortoluzzi; a despoluição do Rio Tubarão e Complexo Lagunar e pavimentação asfáltica de estratégicas rodovias na região, tudo como forma de promover o desenvolvimento socio-econômico descentralizado.

Assim, estamos construindo o mandato parlamentar, ocupando com dignidade uma das 40 cadeiras do parlamento, em defesa da Amurel e de toda Santa Catarina.

**Deputado Genésio Goulart (PMDB)*

Educação para jovens e adultos *

Com o apoio do plenário desta Casa, estamos propondo ao Governo do Estado a implementação de programas de Educação de Jovens e Adultos como atividade prioritária a ser conduzida pelas secretarias de Desenvolvimento Regional. A proposição está fundamentada nos recentes estudos divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Estatística em Educação (Inep), sob o título "Geografia da Educação Brasileira: 2001", onde apresenta uma radiografia do setor educacional no Brasil, nos níveis fundamental e médio.

Com uma taxa média de conclusão no ensino fundamental da ordem de 70%, o estado ocupa uma das primeiras posições no contexto nacional. Na média brasileira este percentual é de apenas 59%. No ensino médio, de cada 100 adolescentes que ingressam no ensino médio, 76 concluem o curso, sendo que no País, a média é de 74 alunos. O posicionamento é excepcional em relação ao presente e ao futuro, mas o mesmo não se pode afirmar em relação ao passado. Nossas deficiências educacionais relacionadas aos adultos que não tiveram a sua oportunidade educacional envergonham Santa Catarina e precisam ser encaradas pelos governos estadual e municipal como o grande desafio estratégico a ser vencido.

No governo Amin foi desenvolvido com muito sucesso o programa denominado "Recuperando a

escolaridade perdida", programa de educação de jovens e adultos que propicia o ensino fundamental e o ensino médio àquelas pessoas que já ultrapassaram a respectiva faixa etária para o ensino fundamental (14 anos) e médio (17 anos). As matrículas que eram inicialmente de 90 mil, evoluíram para 145 mil em 2002.

O Censo do IBGE mostrou que, dos catarinenses com mais de 10 anos de idade, 94,28% estavam alfabetizados. Analisado no conjunto dos 293 municípios do Estado, o índice revela que só 76% deles está com nível de alfabetização acima da média. Nos outros 217 municípios, menos do que 94,28% da população com mais de 10 anos é alfabetizada. Na época do Censo, o número de analfabetos com mais de 10 anos era de 250 mil pessoas, sendo que um total de 213.683 pessoas, sem sequer o primário concluído, eram chefes de domicílios com renda abaixo de um salário mínimo. Em números absolutos, algo ao redor de 350 mil pais de família são analfabetos ou semi-alfabetizados.

É fundamental que revertamos isso. Não sendo assim, não há como se falar em desenvolvimento econômico com inclusão social. O máximo que alcançaremos será um desenvolvimento que beneficia ainda mais aquelas pessoas já incluídas no processo, em detrimento dos milhões de excluídos que continuarão cada vez mais pobres.

** Deputado Altair Guidi (PP)*

O Brasil está em transição *

O Brasil está mudando. Durante 20 anos muito se falou que Lula não teria condições de manter a estabilidade econômica e que não seria capaz de representar adequadamente o Brasil no contexto internacional. Quem acompanha o Governo, e acompanhou durante esses três meses, viu que o Brasil está mudando, e para melhor.

Com 100 dias de trabalho, Lula já conquistou o voto de confiança da população. De acordo com o Instituto de Pesquisa Sensus, os índices comprovam que 47% do eleitorado brasileiro está muito satisfeito com o novo governo, e a outra parcela está disposta a esperar mais dois anos para que o governo promova mudanças.

Não é para menos. Os resultados macroeconômicos obtidos no mês de março dão provas da consistência do caminho escolhido. Conforme publicação da Presidência Nacional do PT, o risco-Brasil, já no início de abril, caiu para menos de 1.000 pontos e os títulos da dívida brasileira (C-Bonds) continuam em franca valorização.

Ainda no setor econômico, Lula conseguiu a aprovação da PEC nº 192 da Constituição, a qual deu abertura para o Governo reestruturar duas propostas que serão fundamentais para a retomada do desenvolvimento do país, as reformas tributária e previdenciária, que deverão ser encaminhadas para o Congresso até o final desse semestre. Apesar da resistência por parte de alguns governantes, a discussão da aprovação das reformas já demonstra que o Governo quer modificar a estrutura, e está procurando soluções para tornar o país mais democrático.

Na política social, em síntese, o objetivo é criar um Brasil socialmente justo. Para isso, o fundamental é erradicar a miséria humana. O programa Fome Zero é uma das mais importantes ações que o Governo vai desempenhar para resgatar a esperança das pessoas, que almejam por uma vida mais digna.

Por isso, é notável que o Brasil está em transição, mas isso não acontece da noite para o dia, muito menos em cem dias de Governo. A sociedade deve reconhecer e ter a esperança que as transformações históricas que o Brasil precisa ainda estão por vir. Por enquanto, o Brasil está em transição.

** Deputado Francisco de Assis Nunes (PT)*

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Leitores e eleitores têm espaço neste informativo. Para o **Pergunte ao Deputado**, onde o leitor pode fazer questionamentos a parlamentares por ele determinados, as perguntas podem ser encaminhadas por telefone (48) 221-2753, ou pelo e-mail pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br. Para o espaço **O Leitor**, reservado às manifestações diversas - críticas, sugestões ao Jornal e ao parlamento - podem ser feitas através do fax (48) 2247021 ou pelo e-mail oleitor@alesc.sc.gov.br.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic e Tatiana Kinoshita

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Regina Zandomênic, Rita de Cássia Lombardi, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid, Simone Marçal Alves e Carla Fabiana Faria dos Santos

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Gráfica Zero Hora

Itajaí na 48ª edição do Projeto Retratos de SC

(fotos Carlos Kilian)



Um documentário com a história de Itajaí mostrando os primeiros habitantes, o fundador Agostinho Alves Ramos, um passeio pelas ruas centrais, depoimentos e informações sobre o porto, marcou o início da solenidade do Projeto Retratos de SC, a primeira na presidência do

deputado Volnei Morastoni (PT). Parlamentares de todos os partidos com assento na Casa prestigiaram o evento, além de secretários de Estado, o governador Luiz Henrique da Silveira e integrantes da administração local, liderados pelo prefeito Jandir Bellini (PP), que recebeu de Morastoni uma fita de vídeo

contendo o documentário exibido.

Após a leitura de um poema de Marcos Konder falando do amor à terra natal, Bellini destacou a alegria do povo itajaense em mostrar sua história na Assembléia Legislativa, enfatizando que dois de seus conterrâneos merecem ser lembrados: o presidente da Casa, Volnei Morastoni, e o artista plástico Meyer Filho, que dá nome à galeria de arte do Poder. O Governador frisou que o Projeto Retratos de SC é pioneiro no país em revelar as potencialidades e as raízes históricas, econômicas e culturais de cada uma das comunidades. "Itajaí é porto, pesca,

turismo, cultura, uma síntese forte do Estado", enfatizou Luiz Henrique.

Morastoni elogiou a iniciativa do deputado Onofre Agostini (PFL) ao criar o Retratos de SC, considerando-o um marco no processo cultural da Assembléia e do Estado. "Itajaí tem uma privilegiada situação geográfica, porta de entrada do

Vale do Itajaí e cidade das praias. Possui um porto mercante e o maior porto pesqueiro do Brasil", completou, ao cumprimentar as rainhas e princesas da Marejada e da Festa Nacional do Colono. Encerrando a cerimônia, o grupo Itajazz apresentou, entre outras, a canção *Ares de verão*, de autoria de Carlos Niehues. (RV)



Autoridades e comunidade prestigiaram o evento



As representantes das festas locais

SC Canta e Encanta apresenta a banda Os Chefes

(foto Carlos Kilian)



O Projeto Santa Catarina Canta e Encanta, idealizado para mostrar os valores da música catarinense, voltou nesta quinta-feira (24) com a apresentação da banda florianopolitana Os Chefes, sucesso de público em diversas regiões do Estado. A TVAL transmitiu ao vivo o

show dos quatro músicos, trajados em ternos impecáveis, que tocam, sempre com muito bom humor, clássicos do blues-rock e da música negra. Fazem parte do grupo Fábio Franchini (vocal e guitarra), André Seben (guitarra), Adailton Vicente (baixo) e o novo baterista Léo Piovezani. (RV)

Empresa na berlinda

O presidente da Casan, Valmor de Lucca, afirmou que encontrou uma dívida vencida de R\$ 158 milhões ao assumir o cargo em 2 de janeiro último. Somente com fornecedores o débito era de R\$ 42 milhões. "Nossa prioridade era pagar os fornecedores para restabelecer a credibilidade da empresa", justificou.

Nesse rombo financeiro estão incluídas assistência previdenciária e um total de 916 dívidas trabalhistas. Há duas semanas à Justiça do Trabalho confiscou 30% da receita mensal da Casan para o pagamento de ações trabalhistas. Com uma receita mensal de R\$ 30 milhões, a empresa está na iminência de não ter dinheiro para comprar os produtos químicos utilizados no tratamento da água. "Ou compramos os produtos ou deixamos de pagar os salários", alertou.

Depois de sua explanação sobre as dificuldades da empresa, o diretor respondeu aos questionamentos dos parlamentares. O deputado Genésio quis saber o porquê da falta de reparos na rede de abastecimento de Tubarão, no Sul do estado - onde seriam necessários apenas R\$ 20

mil para executar os trabalhos - se o orçamento diário é de R\$ 1 milhão. "Não há verba nem mesmo para pequenos reparos", respondeu e citou como exemplo a quebra de duas bombas em Florianópolis no mês de janeiro,

novo modelo de administração da Casan - proposta que contou com o apoio dos parlamentares.

Ex-diretor da Casan, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) afirmou que a privatização da

água não é a saída para "tirar a empresa do buraco". Lício lembrou dos resultados desastrosos no país com a privatização da energia elétrica e da telefonia. Sobre as declarações do convidado de que a disparidade entre o menor e o maior salário é de 42 vezes, Francisco de Assis (PT) disse que não dá para fazer discurso sobre altos salários. "Na verdade a maioria dos funcionários



Valmor de Lucca

comprometendo o abastecimento da Capital em 25%. "As estações de tratamento de água em Santa Catarina estão sucateadas", completou de Lucca, enfatizando que, em maio, um seminário deverá reunir em Florianópolis especialistas do estado e do país para discutir os problemas da água com a sociedade catarinense. Os resultados do encontro serão trazidos ao Legislativo para que, junto com os deputados, seja elaborado um

ganha pouco", criticou. O deputado Antônio Carlos Vieira (PP) destacou que o problema não é "do governo passado e sim resultado de más administrações". Aproveitou a ocasião para criticar a postura do diretor em declarações anteriormente feitas. "Dizer que há meia dúzia de ladrões dentro da empresa sem citar nomes é desmoralizar todos os funcionários. É preciso menos discurso e mais ação", declarou Vieirão. (RMPP)

SÃO JOAQUIM

Capital Nacional da Maçã - SANTA CATARINA - BRASIL

12ª Festa Nacional da Maçã

O Brasil vai subir a Serra, porque vai nevar!

25 de abril a 04 de maio de 2003

Ações integradas dão resultados

O secretário da Segurança, João Henrique Blasi relacionou as ações emergenciais que já estão sendo efetivadas para conter e reduzir a escalada da violência e da criminalidade no estado. Elas estão direcionadas, basicamente, à repressão do narcotráfico, com policiamento ostensivo e operações integradas entre polícias militar, civil, Ministério Público, Judiciário e Conselhos de Segurança Comunitária. A integração entre as polícias, assegurou, já é uma realidade. A Operação Escorpião, que começou por Florianópolis e Joinville, se ancora – em síntese –, na permanência ostensiva das polícias nas áreas de alta criminalidade (morros da Capital, por exemplo), na fiscalização intensiva de bares, jogos e diversões, integrando polícias, juizado de menores, Conselho Tutelar e prefeituras.

Foram reduzidos os horários para o funcionamento de bares e casas de diversão localizados em áreas que apresentavam altos índices de ocorrências, e as autorizações para o realização de grandes festas ou eventos exigem estrutura de segurança, incluindo

detector de metais, facilidade de acesso de ambulâncias, bombeiros e da própria polícia. Também não são emitidas autorizações para eventos que possam provocar danos ao meio ambiente.

Ações – Com a operação Fecha Quartel, mais de mil policiais militares que estavam em funções burocráticas foram para as ruas em todo o estado. O efetivo das polícias hoje é de 13 mil PMs e 3 mil policiais civis. Em outubro, 475 policiais militares estarão prontos para ir para as ruas. Mais 380 serão integrados em breve, entre eles, 30 novos delegados e 150 policiais civis.

A padronização das viaturas está sendo feita e 96 novos veículos

Cronograma das audiências regionais:

08 e 09/05 – São Miguel do Oeste e Chapecó
22 e 23/05 – Joinville e Blumenau
05 e 06/06 – Araranguá, Criciúma e Tubarão
26 e 27/06 – Mafra e Canoinhas
07 e 08/08 – Itajaí e São José
21 e 22/08 – Concórdia e Joaçaba
04 e 05/09 – Lages e Rio do Sul

(metade para a PM e metade para a Civil) foram adquiridos através de pregão realizado regionalmente (o primeiro foi em Joinville), com uma economia de mais de R\$ 800 mil. A valorização dos profissionais de segurança é prioridade e algumas ações, como a abertura do Hospital da Polícia Militar para atendimento aos policiais civis e agentes prisionais, estão sendo efetivadas.

Anunciou ainda, o início do funcionamento do Complexo de São Pedro de Alcântara (Grande Florianópolis), com capacidade para 980 detentos e o lançamento do edital de licitação, na semana passada, para a construção da Penitenciária Industrial de Joinville, significando mais 310 vagas. A instalação da 30ª Delegacia Regional de Santa Catarina, em Palhoça, e o processo de informatização das polícias também foram citadas.

Entre as inovações, citou a criação dos Centros de Flagrantes de Emergência Policial, onde sempre estarão a PM, polícia civil, um juiz e um promotor, permitindo rapidez no encaminhamento dos flagrantes. (MMV)

SC tem tecnologia obsoleta em cerâmica vermelha

A reunião dessa quarta-feira (23) da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Valmir Comin (PP), foi a segunda nesta legislatura que discutiu a cerâmica vermelha em Santa Catarina. O convidado especial do encontro foi o engenheiro João Francisco De Col, diretor do Centro de Cerâmica a Distância, que fez um histórico da origem da cerâmica vermelha, seus avanços tecnológicos e a tecnologia empregada no Brasil e em Santa Catarina.

Segundo De Col, mais de 90% das cerâmicas brasileiras e catarinenses empregam tecnologia

obsoleta, do século XIX. “O parque industrial catarinense é arcaico, com alto desperdício de matéria-prima e de energia”, afirmou. O técnico alertou ainda para as irregularidades na atividade de extração da argila, com exploração irracional, reduzindo a vida útil das jazidas e a degradação do meio ambiente. Falta também planejamento das empresas, que enfrentam problemas trabalhistas.

O atraso na tecnologia preocupa os parlamentares catarinenses. Para Comin, portugueses e espanhóis estão investindo nessa área em São Paulo, com tecnologia de ponta, oferecendo qualidade e

bom preço. Uma indústria de quarta geração, por exemplo, tem custo de 30 milhões de dólares. “Precisamos nos preparar para enfrentar a concorrência, caso contrário não reverteremos mais a situação”, disse Comin. Ele e o deputado Rogério Mendonça (PMDB) defendem a realização de audiências públicas para aprofundar a discussão desse tema nos quatro pólos produtores de Santa Catarina: no Sul, no Oeste, no Alto Vale do Itajaí e na região de Tijucas e Canelinha. Juntos, esses quatro pólos somam 720 indústrias cadastradas, que geram mais de 30 mil empregos. (RMPP)

Saúde

A Comissão de Saúde vai requerer explicações do secretário estadual da Saúde, Fernando Coruja, sobre a responsabilidade pelos cortes nos recursos do SUS previstos para este ano e que seriam destinados aos procedimentos e cirurgias cardíacas. O corte foi de 50%, conforme relatou o diretor administrativo do Hospital São José, de Criciúma, Altamiro Bittencourt. De um total previsto de R\$ 360 mil, eles vão receber apenas metade, sendo R\$ 120 mil para cirurgias e o restante para cateterismo e outros procedimentos.

Em média, explicou Bittencourt, uma cirurgia cardíaca custa R\$ 5 mil (sem marcapasso) e o corte pegou de surpresa o hospital que, em 2002 investiu pesado em equipamentos para o setor, considerado de alta complexidade. Os recursos, de origem federal em sua maior parte, eram repassados pelo Estado, passando este ano para a responsabilidade do gestor municipal de saúde. “Queremos saber como foi determinado o corte e quem o determinou”, justificou o deputado Dado Cherem (PSDB). (MMV)

Audiências do OR em conjunto com o Executivo

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Djalma Berger (PFL), solicitou ao governo do Estado que defina no orçamento de cada uma das 29 secretarias regionais o valor que poderá disponibilizar para as obras apontadas pelo Orçamento Regionalizado (OR). Também será estudado pela Comissão do OR e pela secretaria de Planejamento, Gestão e Orçamento,

um calendário para a realização conjunta das audiências públicas que o Legislativo e o Executivo têm a obrigação legal de pro-

mover.

Para atender esta solicitação será necessária a alteração da atual ordem em que são apreciados a Lei de Diretrizes Orçamen-

tária (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento do Estado, através de emenda constitucional, e ainda mudança no número de audiências públicas

previstas na Lei Complementar 157/97, que instituiu o OR e definiu a realização das reuniões em nove macrorregiões, aumentando-as para 29.

O deputado Antônio Carlos Vieira (PP) sugeriu também a inclusão de um parágrafo na LDO determinando a informação do valor que será destinado a investimentos e, deste, qual será o valor definido para o Orçamento Regionalizado. “O valor para investimento é o que sobra do orçamento deduzidas as despesas obrigatórias que são manutenção, pagamento de pessoal e dívida pública”. (SD)

Educação

O deputado Afrânio Bopp (PT), presidente da subcomissão que discute o Plano Estadual de Educação, apresentou uma proposta de cronograma para a realização das audiências públicas. As datas serão avaliadas em reunião com o grupo de trabalho para implementação do Plano, composto por representantes da secretaria de Educação, União dos Dirigentes Municipais da Educação, Sindicato dos Trabalhadores na Educação (Sinte) e do Fórum Estadual de Educação. O presidente da Comissão de Educação, Paulo Eccel (PT) informou que foi realizada a segunda reunião da comissão que está procedendo as alterações no estatuto da Udesc, cuja nova proposta será apresentada no final de abril. Questões mais polêmicas como a gratuidade do ensino a distância e a participação dos alunos do ensino a distância na eleição do novo reitor ainda não foram abordadas. Foi acatada ainda, a manifestação da Procuradoria Jurídica da Casa pela permanência da deputada Simone Schramm (sem partido) como membro titular desta Comissão. Ela foi indicada na vaga do PMDB, após tomar posse como suplente do PP no lugar do deputado Gilmar Knaesel, que deixou a Assembléia para assumir a Secretaria de Organização do Lazer. (SD)



Definições devem acontecer na próxima semana

Audiência pública reúne mais de mil pessoas em Itapema

Mirela Maria Vieira

Mais de mil pessoas ocuparam, na noite do último dia 16, o salão de festas do Restaurante Albertos; enquanto outras dezenas se acomodaram na Rua Nereu Ramos, em frente ao restaurante onde foi instalado um telão, para debater o processo de privatização dos serviços de água e esgoto desenhado pela prefeitura no final do ano passado. A audiência pública, realizada por mediação e iniciativa da Assembléia Legislativa atendendo pedido do Movimento Pró-saneamento básico do município, foi comandada pelo presidente da Comissão de Turismo e Meio-Ambiente, deputado Dado Cherem (PSDB), sendo

aberta por volta das 19h30 e só terminando perto das 23 horas.

Convocados pelo parlamento estiveram presentes o presidente da Casan, Valmor de Lucca, o superintendente da Fatma, Sérgio Grandó, o prefeito Clóvis José da Rocha (PFL), o presidente da Câmara de Vereadores, Gilliard Reis, representantes do Ministério Público e da Justiça, que deram suas explicações e responderam a questionamentos da comunidade.

“Viemos aqui em missão de paz”, enfatizou o presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), na abertura da audiência que aconteceu em clima bastante tenso.

Além de Morastoni e Cherem, participaram ainda os deputados Celestino Secco (PP), Francisco de

Assis (PT) e Jorginho Mello (PSDB).

Depois das explicações do prefeito, do presidente da Câmara e do presidente da Casan, foi aberto o debate com a população, com 18 inscritos que dirigiram suas perguntas aos integrantes da mesa, sendo os mais inquiridos o prefeito e o de Lucca. Um dia antes da audiência, o presidente da Câmara colocou em votação o projeto 015/2003, proveniente do Executivo, autorizando a prefeitura a dar início ao processo de privatização, com concessão por 25



Volnei Morastoni e Dado Cherem

cartando a opinião e as sugestões da população que vai acabar “arcando com os custos de tudo, mais uma vez”. “É o único jeito. A Casan passou 25 anos nos cobrando por serviços que não realizou. Vou sancionar o projeto, sim”, afirmou Rocha. Lucca garantiu que vai continuar sua luta na Justiça para garantir os direitos da empresa, e admitiu que a Casan efetivamente não tem recursos – nem

tem onde buscá-los – para realizar obras de saneamento no estado.

anos à empresa vencedora em concorrência pública. Parte da comunidade estava revoltada com o procedimento da Câmara de Vereadores, que havia se comprometido a aguardar a realização da audiência pública para depois colocar a proposta da prefeitura em votação. Os integrantes do Movimento Pró-saneamento que congrega quatro associações de bairro, sete sindicatos e associações da iniciativa privada e de trabalhadores, Lyons Club e Rotary Club do município, entre outros, questionaram com veemência a atitude de Reis e do próprio prefeito, acusando-os de estarem des-

“O processo de privatização em Itapema é irreversível, mas conseguimos a garantia do prefeito de que encaminhará projeto de lei à Câmara criando o Conselho Municipal de Gestão dos Serviços de Água e Saneamento”, assinala Cherem. O Conselho, comprometeu-se Clóvis Rocha, vai acompanhar todo o processo licitatório e o contrato posterior, evitando que contratos mal feitos acabem onerando o bolso do contribuinte, sem que os serviços atendam efetivamente às necessidades da população.



O prefeito Clóvis Rocha (ao microfone) reafirmou disposição de privatizar os serviços

Moção ao Ministério do Meio Ambiente

No dia 22, terça-feira, também atendendo requerimento do deputado Herneus de Nadal (PMDB), foi realizada audiência pública que tratou da questão florestal em Santa Catarina, principalmente da Portaria 508 de 2002 do Ministério do Meio Ambiente. A Portaria foi sustada por um ano, através de outra, a 178, depois de mobilização de parlamentares catarinenses, liderada pelo deputado Reno Caramori (PP) que sensibilizou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre os efeitos devastadores da medida para a região. A determinação sustada temporariamente proíbe o cultivo, o reflorestamento e a criação de animais em áreas próximas a matas nativas na região Oeste. A medida abrangia 332 mil hectares de propriedades produtivas nos municípios de Passos Maia, Ponte Serrada, Abelardo Luz, Ouro Verde, Água Doce, Irani e Salto Veloso, e estabelecia áreas de preservação permanente de araucárias, imbuías e outras espécies nativas. Segundo Herneus, os setores envolvidos nessa questão querem produzir de forma consciente, pre-

servando o meio ambiente. O assunto debatido está longe de ser encerrado, afirmou o secretário estadual do Meio Ambiente, Cláudio Barbosa. Para ele, Santa Catarina está atrasada na questão ambiental e necessita de legislação florestal compatível com o desenvolvimento sustentável. O Estado é o único da região Sul que não tem zoneamento ecológico-econômico e inventário florestal, conforme Grandó, cuja implementação foi defendida por produtores, madeireiros, sindicalistas e cooperativistas presentes ao encontro.

Moção ao Ministério do Meio Ambiente solicitando apoio e recursos financeiros para a realização do zoneamento ecológico-econômico e do inventário florestal foi formulada no final da audiência e aprovada em plenário no dia 23. O documento pede também que o ministério não encaminhe nenhuma decisão sem a participação dos setores envolvidos, como deputados, poder público, empresários e produtores. (RMPP)

Situação dos lixões em SC

A destinação do lixo sólido foi o tema de outra audiência pública solicitada pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, e realizada na quarta-feira (23) no plenarinho da Assembléia. Representantes das secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura, Fatma, Ministério Público (MP), Polícia Ambiental, prefeituras e entidades ligadas ao setor, atendendo requerimento do deputado Dionei da Silva (PT), compareceram ao debate.

Segundo o representante do Ministério Público, Alexandre Herculano de Abreu, Santa Catarina apresenta uma realidade positiva na destinação de resíduos sólidos, com avanços significativos nos últimos dois anos providos pelos termos de ajustamento de conduta aplicados pela promotoria aos municípios, com

fiscalização da Polícia Ambiental. Herculano disse que em março de 2001 eram apenas 37 municípios que tinham seus aterros sanitários instalados e dentro das normas exigidas pelo MP. Em março de 2003, de acordo com os dados apresentados pelo palestrante, 209 municípios estavam adequados, 84 em adequação e nenhum irregular. “Até o mês de agosto teremos 99% dos municípios completamente adequados”, disse o representante do MP.

O prefeito de Concórdia, Neodi Saretta (PT), trouxe para o encontro o trabalho desenvolvido em seu município. Saretta lembrou que durante muitos anos Concórdia conviveu com um lixão a céu aberto, agredindo o meio ambiente e a vida das pessoas. Através do Programa de Gerenciamento Integrado de Re-

síduos Sólidos, o problema do lixão foi resolvido. O programa contemplou ações específicas nas áreas social, ambiental e de saúde pública, tais como: organização e atendimento dos catadores e carrinheiros, recuperação da área degradada pelo lixão e implantação do aterro sanitário. “A partir da implantação do aterro a coleta seletiva aumentou em 100%. Lixo foi transformado em material reciclável, barracos em casas de alvenaria e falta de saneamento em saúde”, disse Saretta.

O deputado Dionei questionou a eficiência dos aterros em todo o Estado e enfatizou que a AL, através da Comissão de Meio Ambiente, vai verificar as condições dos aterros e cobrar a estruturação dos órgãos ambientais. (RMPP)

“Precisamos radicalizar a mudança que está no ar”

Scheila Dziedzic

Ex-governador do Distrito Federal, idealizador de programas como o Bolsa Escola, implementado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o ministro Cristovam Buarque esteve em Santa Catarina, município de Palhoça, participando da 69ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) nos dias 15, 16 e 17 de abril. Em sua palestra, fez um apelo aos reitores para que se empenhem na reorientação necessária para que as universidades voltem a cumprir seu papel revolucionário, perdido no final do século 20. “É preciso mudar o enfoque. Construir no Brasil é fazer uma escola, construir pelo Brasil é colocar alunos dentro, com professores bem remunerados”, enfatizou. Pouco depois, o ministro conversou com o AL Notícias sobre os projetos que está trabalhando para por em prática.

AL Notícias - O ensino a distância é uma forma de aumentar as vagas no ensino superior?

Cristovam Buarque - Num prazo de quatro a cinco anos pretendemos dobrar o número de alunos na universidade através do ensino a distância. Santa Catarina tem talvez o melhor exemplo de ensino a distância que nós temos no Brasil hoje. Temos recursos necessários para criar a universidade aberta do Brasil, ainda este ano.

AL Notícias - Quando irá iniciar o Programa de Atendimento e Apoio aos Estudantes (PAE) e qual a verba destinada para isso?

Cristovam - São duas coisas. O PAE é um substituto do Fies que financia o aluno para que ele possa estudar e ele paga depois com juros. O PAE terá uma parte paga em dinheiro e outra o aluno irá pagar, por exemplo, sendo alfabetizador. O

PAE irá ter mais que isso, vai procurar dar auxílio para retomar restaurantes universitários, moradias para os estudantes, de forma a impedir que um grande contingente de jovens abandonem as universidades. O PAE é para tentar quebrar a evasão universitária.

AL Notícias - O que muda no Fies?

Cristovam - Nós estamos lançando setenta mil bolsas como financiamento e trinta mil como bolsas gratuitas. O aluno não vai precisar devolver este dinheiro, apenas terá que prestar um serviço, que é ser alfabetizador. Vamos mudar na seleção. A partir de agora, para ser beneficiado, se observarão outros critérios, entre eles se é professor. Estes terão prioridades. Vai ser ainda observada a questão da baixa renda, os cursos de licenciatura em história, matemática, português, biologia, física e pedagogia.

AL Notícias - O programa Bolsa Escola continua?



Cristovam - O Bolsa Escola e outros muitos programas que se baseiam em transferência de renda vão ser consolidados, mas vinculados à frequência do aluno.

AL Notícias - Existe uma distância muito grande entre o objetivo que as universidades têm hoje e o comprometimento social que elas devem ter?

Cristovam - No mundo inteiro. As universidades americanas estão muito mais preocupadas em ajudar a fazer bombas inteligentes para usar contra o Iraque, do que em ajudar a resolver o problema da fome na África, por exemplo. Só que no Brasil a África está den-

tro de seu território. Por isso, têm mais obrigação que as universidades americanas ou francesas, em nos sintonizar com as necessidades populares e não é só fazendo assistência, não é só alfabetizando e distribuindo comida através do Fome Zero. É mais que isso, é mudando o conteúdo dos cursos. Os arquitetos têm que se preocupar mais com casas populares, nossos médicos têm que se preocupar mais com os problemas de saúde pública, os economistas mais com o problema da pobreza e não somente com o aumento da riqueza. Temos que fazer com que a universidade seja um instrumento de qualidade, radical qualidade, mas também de compromisso com as necessidades do país.

AL Notícias - Os R\$ 20 bilhões que o senhor aponta como necessários para solucionar os problemas educacionais no país estarão disponíveis em 2004?

Cristovam - Este é um número grosso que eu tenho hoje e que nós (Ministério da Educação) estamos afinando para apresentar no Plano Plurianual (PPA). Mas, para 2004, para dar um salto razoável na educação, eu calculo, numa visão muito grosseira, que iremos precisar de uns R\$ 20 bilhões a mais. O que, a meu ver, não é muito. Hoje se gasta R\$ 60 bilhões. Seria aumentar apenas 30%.

AL Notícias - Em que seriam aplicados estes recursos?

Cristovam - Nós queremos aplicar na alfabetização, que é muito pouco que precisa, na construção da Escola Ideal, na revisão da universidade, mas, sobretudo, nós queremos aplicar no pro-

fessor. A educação é computador, é livro, é prédio, mas sobretudo o professor. Nós temos que fazer uma revolução no professorado brasileiro fazendo três coisas: melhorar a cabeça na formação; melhorar o coração na motivação e melhorar o bolso na remuneração. Isso muda a educação brasileira.

AL Notícias - Será fácil arrancar da área econômica estes R\$ 20 bilhões?

Cristovam - Eu acho que está de acordo com os compromissos do presidente Lula, das necessidades do país, e não é tanto. Nós vamos mostrar de onde pode tirar, não vamos apenas pedir. Aliás, vamos começar mostrando de onde tirar do próprio MEC. Eu sempre disse que primeiro vamos encontrar dinheiro dentro da própria casa. Quero dizer que tudo isso eu proponho com o firme compromisso com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se vão ser gastos R\$ 20 bilhões com Educação, tem que ser gasto o mesmo valor a menos em outras coisas.

AL Notícias - O senhor levantou 12 pontos a serem implementados no ensino superior. Existe um prazo para isso ser colocado em prática?

Cristovam - Levantei as idéias. Para transformar em propostas, eu quero ouvir o que a comunidade pensa. O prazo é em setembro, no próximo encontro do Crub, em Fortaleza. Então, as idéias dos reitores juntamente com as nossas, se transformarão em propostas. Algumas serão enviadas para que o Congresso transforme em lei e outras para o presidente da República, e outras podem ser implementadas através de portarias do próprio ministério da Educação.

AL Notícias - O senhor questiona o tempo de duração dos cursos universitários?

Cristovam - A universidade de hoje não pode durar apenas quatro anos. Tem que ser aluno permanente. Mesmo os que saíram a pouco tempo da universidade têm uma parte do conhecimento adquirido superado. Mas não é preciso ficar na universidade quatro anos para aprender um monte de profissões. A gente pode reduzir o tempo de permanência na Universidade, mas permanecer vinculada a ela, sem estar no campus.

AL Notícias - O Brasil alfabetizado começa onde e quando?

Cristovam - O Brasil alfabetizado já começou, mesmo porque não partimos do zero. Muitos trabalhos de alfabetização já vinham sendo realizados e vão continuar. No Ceará e no Rio de Janeiro já está em curso o programa. No Acre, ele está iniciando com o apoio dos governos federal, estadual e da iniciativa privada (Pirelli). E, aos poucos, a gente chegará ao Brasil inteiro.

VIA BRASÍLIA

Adoção

Foi criada a Frente Parlamentar da Adoção, que nasceu com a adesão de 93 deputados e senadores. “Este é um bom termômetro para trabalharmos juntos na consolidação de um novo Projeto de Lei Nacional de Adoção”, afirmou o coordenador da Frente, de-

putado federal João Matos (PMDB). Ele enfatizou que são muitas as barreiras e preconceitos quanto ao perfil do adotado, desde raça e idade, até com crianças com deficiência física e mental. Contou que vários pontos em comum identificam os membros da Frente, como por exemplo, o fato de serem pais adotivos. O deputado Gervásio Silva (PFL) ade-

riu à Frente porque convive com adoções na própria família, o que lhe dá mais força para ajudar na elaboração de projetos de lei que beneficiem tanto os adotados como adotantes. Na Assembleia Legislativa, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) planeja apresentar um projeto semelhante. (DAB)

Propostas de emenda

A Proposta de Emenda Constitucional nº 01/03, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), teve sua admissibilidade aprovada e agora retorna à Comissão de Constituição e Justiça que já deliberou pela realização de audiência pública para discuti-la. O parlamentar quer conferir autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros, desvinculando-o da Polícia Militar. Dos 27 estados brasileiros, 19 já têm o Corpo de Bombeiros desvinculado da PM.

Já a PEC nº 02/03, apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) no começo do ano e encaminhada pela Mesa Diretora para tramitação, foi aprovada por maioria de votos em primeiro turno, com uma subemenda de autoria do deputado Paulo Eccel (PT). A matéria insere um parágrafo 5º no artigo 113 da Constituição estadual, obrigando o TCE a emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelas prefeituras até o último dia do exercício em que foram apresentadas. Com a subemenda de Eccel, modifica-se o parágrafo 3º do mesmo artigo estabelecendo que as Câmaras só poderão apreciar as contas das prefeituras após a emissão do parecer prévio do Tribunal. (MMV)



Projeto de Lei

De autoria do deputado Francisco de Assis (PT) foi aprovado projeto de lei que dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos para o controle e a redução do consumo de água nos empreendimentos imobiliários destinados ao serviço público, que venham a ser construídos. São dispositivos hidráulicos: torneiras para pias, registros para chuveiros e válvulas para banheiros acionadas manualmente com ciclo de fechamento automático ou por sensor,

torneiras com acionamento restrito para áreas externas e de serviços e bacias sanitárias com volume de descarga reduzido.

O projeto recebeu emenda da Comissão de Justiça, estabelecendo que nos prédios já existentes a substituição seja feita durante eventuais reformas, de maneira gradativa.

A justificativa do parlamentar é que, segundo a ONU, dentro de 25 anos, cerca de 2,8 bilhões de pessoas em todo o mundo viverão em regiões de seca crônica. No Brasil, onde estão entre 12% e 14% das reservas mundiais de água, o consumo per capita por dia é de 200 litros. Nas grandes cidades a média geral é de 67 litros diários. O desperdício é grande em Santa Catarina. Dados da Casan mostram que o gotejamento de apenas uma torneira desperdiça por mês 1.400 litros de água. (RMPP)

Lei complementar

Os parlamentares aprovaram ainda, por unanimidade, projeto de lei complementar, do Tribunal de Justiça, propondo a alteração do artigo 8º da Lei Complementar nº 181, possibilitando a criação de dois cargos de oficial de justiça e seis cargos de técnico judiciário auxiliar para atender a cada uma das novas Varas e Juizados Especiais das Comarcas de Gaspar e Ibirama. (DAB)

Serviços de guincho nas rodovias estaduais e federais

Aprovaram o Projeto de Lei nº 88/00, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que disciplina os serviços de guincho para atendimento nas rodovias estaduais e federais no Estado. No artigo 1º a matéria determina que a remoção do veículo sinistrado ou com pane, nas rodovias estaduais e federais de Santa Catarina, somente será feita por serviços de guincho e empresa vencedora de concorrência pública realizada pela secretaria dos Transportes e Obras, hoje denominada secretaria de Infra-estrutura. A pasta loteará as rodovias por trechos para

permitir eficiência na prestação dos serviços e a atuação das empresas.

O parlamentar explica que outro objetivo da proposta é coibir abusos e favorecimentos, muito comuns nestas ocorrências, prejudiciais ao cidadão. "A fixação dos preços, a seleção das empresas através de concorrência pública e a divulgação em placas ao longo das rodovias informando sobre o tema contribuirão para a transparência na prestação desses serviços num momento em que o cidadão encontra-se fragilizado e sem opções", frisou Gonçalves. (RV)

Telecomunicações

Aprovado requerimento do líder do PFL, deputado Antônio Ceron, solicitando a interferência do Fórum Parlamentar Catarinense junto ao Ministério das Comunicações para que os recursos arrecadados em Santa Catarina pela Lei 9.998, que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, sejam aplicados no Estado. A correspondência foi endereçada ao coordenador do Fórum, deputado federal Carlito Merss (PT).

A intenção de Ceron é fazer com que estes recursos sejam

aplicados na ampliação do sistema de telefonia celular. Atualmente só 116 municípios estão contemplados com este serviço. Estima-se que a arrecadação em 2002 tenha sido de mais de R\$ 5 milhões, o que daria para implantar o sistema em 10 municípios. Outro requerimento foi encaminhado ao ministro das Comunicações, Miro Teixeira, com o objetivo de saber a arrecadação, investimentos feitos entre 2000 e 2002 e os projetados para 2003 com recursos do Fundo para SC pelas empresas do setor. (CLR)

... Curtas ...

Ligação Gaspar-Blumenau

Com o objetivo de facilitar o acesso a Blumenau por quem trafega pela BR-470, seguindo para a região central, bairros Garcia, Ponta Aguda e Bela Vista (este já em Gaspar), o deputado João Paulo Kleinübing (PFL) está solicitando ao governo estadual a pavimentação asfáltica do trecho entre a BR-470 e o anel viário norte. Ele lembra que a ligação servirá para o escoamento da produção dos dois municípios e desafogará o trânsito na região. (CLR)

Segunda ponte para Gaspar

Vereadores e lideranças empresariais de Gaspar estão reclamando da falta de uma segunda ponte sobre o rio Itajai-Açú. Neste sentido o deputado Dado Cherem (PSDB) está solicitando atenção das autoridades estaduais. A obra, já prometida há vários anos, ainda não saiu do papel, enquanto os moradores das duas margens do rio sofrem com a falta de condições para escoar a produção e até de ligação entre as comunidades, justifica o parlamentar.

Rodovia SC-438

Proposição do deputado Genésio Goulart (PMDB), solicita ao secretário de Estado da Infra-Estrutura a instalação de abrigos para passageiros de ônibus ao longo da rodovia SC-438, entre Tubarão e Lauro Müller; a implantação de um trevo alemão na mesma rodovia, em São Martinho/Tubarão; redutor de velocidade eletrônico e um Posto Militar na mesma localidade; e estudos de viabilidade de uma balsa destinada ao transporte de passageiros entre os municípios de Laguna e Tubarão.

Morro da Bina

A deputada Simone Shramm (sem partido) solicita ao Governador e ao secretário da Educação que seja construída uma escola no bairro Morro da Bina, em Biguaçu. O bairro não possui sequer uma escola e segundo a associação de moradores do bairro, em 1999, o número de crianças e adolescentes do pré ao ensino médio era de 600. Por não haver escola as crianças têm que se deslocar longas distâncias, tendo que atravessar a BR-101.

Medicamentos

Mensagem ao secretário da Saúde, Fernando Agostini, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PPB), solicita a liberação de medicamentos para o Hospital de Caridade Luiz Bértolli, no município de Rio do Oeste. O hospital mantém um pensionato com mais de 60 (sessenta) idosos e pessoas com deficiências, gerando alto custo de manutenção.

Agenda

Dia 28, 9 h – Seminário Nacional sobre a Reforma da Previdência
Local: Plenário

Dia 28, 14 h – Audiência pública curso de pedagogia a distância – cobrança de mensalidades
Local: Auditório do Tribunal de Justiça

Dia 29, 19 h – Sessão solene em homenagem à Rede Globo e RBS pela realização da minissérie *A casa das sete mulheres*
Local: Plenário

Dia 29, às 19h30min – Lançamento do livro *O mar e a Pesca*, de Maria Helena Vieira Pires Noronha
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Verde Vida: educando para o meio ambiente e a cidadania

Scheila Dziedzic

Numa iniciativa do Comitê de Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida de Chapecó - idealizado nacionalmente pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho - em 19 de setembro de 1994, foi fundado o Programa Oficina Educativa Verde Vida com a missão de proporcionar aos adolescentes em situação de risco social uma formação cidadã, através de oficinas sócio-educativas, comprometidas com a educação ambiental, a profissionalização e a prática da reciclagem.

Instalado em um bairro de concentração de conjuntos habitacionais destinados a população mais carente de Chapecó, em oito anos de atuação o Verde Vida tornou-se referência para a comunidade e hoje atende a 70 adolescentes com idade entre 14 e 17 anos, em dois períodos. Eles recebem mensalmente, como auxílio à renda familiar, uma bolsa aprendizagem em valores que variam de R\$ 50,00 a R\$ 70,00 - vinculada a frequência e desempenho escolar e subsidiada pela produção -, além de alimentação, reforço escolar, aulas de inglês, espanhol, atendimento psicológico, odontológico e médico numa parceria com clínicas e profissionais do município e orientação profissionalizante através das oficinas. Alguns destes benefícios são extensivos aos familiares.

Todas estas atividades são orientadas por uma equipe de 34 funcionários e aproximadamente 50 voluntários, coordenados pelo presidente Cesar Antônio Valduga (representante do sindicato dos bancários de Chape-



Adolescentes em situação de risco ampliam suas oportunidades nas oficinas e recebem uma formação cidadã

có) e pelo colegiado de entidades que são parceiros nesta idéia. "Hoje não temos espaço físico que comporte um número maior de adolescentes, mas a meta é possibilitar a ampliação das instalações e em breve atender em torno de 100 adolescentes. Sempre priorizando a qualidade para que eles saiam daqui preparados, com cidadania, transmitindo todo o conhecimento pedagógico, social, ambiental e de orientação profissional de maneira que eles mais tarde consigam buscar espaço no mercado de trabalho", ressalta Valduga.

O trabalho desenvolvido pelo Verde Vida auxilia também as famílias dos adolescentes - pais e irmãos maiores de 18 anos -, encaminhando-os para as atividades remuneradas de coleta e fardamento dos materiais, como

vidro, alumínio, plástico, papéis branco, misto e papelão recolhidos nas ruas, indústrias e comércio de Chapecó. Mensalmente são vendidas para as empresas de celulose e de reciclagem cerca de 266 toneladas de material. Atendendo ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente não é usado o trabalho de nenhum dos adolescentes que participam do programa. Cabe a eles a confecção de produtos artesanais que são vendidos à população em feiras e numa loja instalada junto a um dos supermercados da cidade. Os recursos das vendas destes produtos, desenvolvidos nas oficinas de arte e reciclagem, são aplicados no Verde Vida.

"Antes de conhecer o Verde Vida eu morava em uma favela e não tinha emprego porque quem

mora nestes locais é discriminado, pensam que a gente é vagabundo. Eles não pensam que tivemos uma queda na vida ou então faltou oportunidade profissional. Aqui, com o tempo fui me engajando nas atividades do Verde Vida, onde aprendi companheirismo e responsabilidade com o serviço, horários e o padrão", destaca Cláudio Ferreira da Costa. Para os adolescentes, além de representar uma oportunidade social, o Verde Vida também é referência de valores. "Aqui aprendi o que é certo e errado", comenta Patrícia Ferreira França.



Cesar Antônio Valduga

Escola Verde Vida

Com a proposta de ampliar o atendimento aos adolescentes e também as atividades desenvolvidas pelo programa, a entidade adquiriu um novo terreno com 61.282 metros quadrados que inicialmente será usado para a construção da Escola Verde Vida que irá abrigar as oficinas. E, futuramente, se houver parceria com o governo do Estado, oferecer no período noturno aulas de 2º grau para os adolescentes, seus familiares e comunidade próxima. A intenção, segundo Cesar Valduga, é buscar parcerias com entidades como a Epagri e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) para a elaboração do projeto do primeiro parque ecológico de Chapecó, com áreas de lazer, espaço de plantio de árvores nativas, além da construção de um laboratório para educação ambiental



Trabalho na separação do material reciclável só utiliza mão-de-obra de adultos

Reconhecimento nacional

O reconhecimento ao importante trabalho de coleta desenvolvido pelo Programa Oficina Educativa Verde Vida veio com a conquista do 1º lugar do Prêmio Nacional Cempre Coleta Seletiva, categoria comunidade, em 2001, que tem o apoio do Ministério do Meio Ambiente, através da secretaria de Políticas para o Desenvolvimento

Sustentável, e do Sebrae-SP. O Verde Vida foi a primeira instituição no país a receber este prêmio, criado para estimular as organizações não governamentais, associações comunitárias, cooperativas de catadores e outras entidades que desenvolvem processos inovadores de coleta seletiva de material sólido reciclável pós-consumo.